



# MARTA SUPLICY

## *Conversando com Você*

Informativo do Gabinete da deputada federal MARTA SUPLICY (PT/SP) - nº 4 - Brasília, fevereiro de 1997

## SER DEPUTADA

A participação na Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara me mostrou a importância de Comissão tão importante. Votam-se centenas de projetos que nunca serão implementados. Reclama-se em reuniões sem fim sobre o descaso do Executivo em relação à saúde. E quase nada acontece.

Na penúltima reunião de 96, sugeri uma ação de impacto: acampar no hall do Ministério do Planejamento até ouvir do ministro Malan um compromisso de que não mais se desviariam os recursos destinados a saúde para o Confins e o Fis/Pasep, mas que de fato fossem dirigidos para os hospitais públicos, prioritariamente, depois aos filantrópicos e, depois, aos privados comprovadamente não-fraudadores. Esse é um exemplo da grande distância entre a apresentação de projetos de lei, legislações aprovadas e sua viabilização concreta.

Mas, após 17 meses de mandato, não estou desanimada com minhas funções. Em 1996, o Congresso Nacional sacudiu suas "teias de aranha", mexendo com temas polêmicos, proibidos e até esquecidos: homossexualidade, Aids, drogas, aborto mulheres e desaparecidos políticos.

Em relação às drogas, nosso país deu um grande salto com a aprovação de lei que pune de forma diferente o traficante (tratado com maior rigor) e o usuário, para o qual muda o tratamento policial e se introduzem penas alternativas.

Quanto ao projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, conseguimos avanços imensos: foi aprovado pela Comissão Especial na Câmara e aguarda a votação pelo Plenário.

Rotulado equivocadamente de "casamento gay", o projeto está agora sendo apresentado pelo que realmente se propõe: direitos patrimoniais, de previdência, seguro-saúde, nacionalidade, declaração conjunta do Imposto de Renda e consideração de renda conjunta para aquisição de bens. Não trata de mudança do estado civil das pessoas e proíbe adoção, guarda ou tutela de criança pela parceria.

Segundo Ricardo Balestrieri, presidente da Anistia Internacional/Brasil, a aprovação desse projeto muda o patamar dos direitos humanos no Brasil.

Uma boa surpresa foi a bancada feminina, que se redescobriu e se reorganizou após a 4ª Conferência da Mulher, em Pequim. Fruto dos encontros dos movimentos de mulheres de São Paulo para discutir o pós-Pequim, foi criada a campanha "Mulheres sem Medo do Poder".

Essa campanha, que teve o apoio da ONU, foi encampada pela bancada feminina e resultou em uma cartilha para as candidatas a vereadora no Brasil, assim como em seminários de aprimoramento sob a ótica de gênero.

Como consequência desse esforço coletivo, a bancada feminina teve um papel de vanguarda no debate nacional sobre as questões da mulher, ajudando a aumentar o número de vereadoras no Brasil de 3,5% para 7% do total. Também influenciou a mídia nacional, que passou a se interessar novamente pelo tema da emancipação feminina.

Estão sendo planejados para 97 seminários com prefeitas eleitas e envio de projetos exitosos como sugestões às vereadoras eleitas. A Câmara dos Deputados está constituindo uma Comissão Especial para avaliar o que foi feito até agora sobre os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro na 4ª Conferência da Mulher.

Em relação à Aids, a aprovação na Comissão de Seguridade Social do projeto de Geraldo Alkmim, por mim reapresentado (PL 585/95), foi uma vitória, dado o conservadorismo dos integrantes e o voto contrário do relator da matéria.

Amplia direitos de portadores de HIV, no que diz respeito a leitos hospitalares, proibição de obrigatoriedade de testes de HIV por empregadores, fornecimento de medicamentos e obrigatoriedade, para as seguradoras de saúde, de pagar o tratamento. Tramita agora na Comissão de Finanças.

Com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto do senador Sarney que torna obrigatório o fornecimento de medicamentos para os doentes de Aids, o tratamento dessa doença pode realmente melhorar no Brasil.

Entre os 12 projetos de lei que apresentei estão: a ampliação do direito ao aborto nos casos que o feto não tem condição de sobrevivência; a concessão do direito de visita íntima às mulheres presas; alterações do Código Penal para tipificação do assédio sexual e agravamento de pena para crimes de exploração sexual infantil, incluindo o crime dos usuários desses serviços.

Também tenho participado ativamente da Frente Parlamentar contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a certeza de que a impunidade desse crime no Brasil acaba por gerar a incapacidade de nos indignarmos perante ele.

Embora, no Congresso, muito ainda seja o de sempre - a ainda tivemos em 96 os escândalos do Orçamento e das concessões de rádio e a quebra do sigilo bancário de parlamentares, acrescentando em 97 com a aprovação vergonhosa da reeleição -, os temas novos e polêmicos têm sido discutido.

## Parceria Civil deve ser um direito à Cidadania

Nós, atrizes e atores, cantoras e cantores, escritoras e escritores, compositoras e compositores, artistas, publicitários e intelectuais, expressamos o nosso apoio ao Projeto de Lei nº 1.151, de 1995, que reconhece a parceria civil registrada entre as pessoas do mesmo sexo, de autoria da Deputada Marta Suplicy, já aprovado em Comissão Especial na Câmara dos Deputados, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Roberto Jefferson.

Trata-se de projeto que assegura direitos humanos ao garantir que duas pessoas do mesmo sexo, que queiram regulamentar uma parceria, possam ter acesso aos direitos civis tais como a propriedade, a sucessão, a herança, a nacionalidade no caso dos estrangeiros que tenham como parceiro cidadão ou cidadão brasileiro, a previdência social, o seguro saúde, a renda conjunta para a compra de imóvel e o imposto de renda conjunto.

Apoiam: Jorge Amado, Zélia Gattai, Chico Buarque, João Ubaldo Ribeiro, Rubem Fonseca, Fernando Moraes, Marilena Chaui, Lygia Fagundes Telles, Maria Adelaide Amaral, Pedro Paulo Sena Madureira, Marilene Felinto, Rose Marie Muraro, Adriana Calcanhoto, Chico César, Djavan, Marisa Monte, Elba Ramalho, Maria Bethânia, Ney Matogrosso, Caetano Veloso, Fafá de Belém, João Bosco, Kid Vinil, Supla, Tom Zé, Elke Maravilha, Patrícia Pillar, Raul Cortez, Antonio Fagundes, Carlos Vereza, Glória Pires, Bete Mendes, Cláudia Raia, Edson Celulari, Irene Ravache, Paulo Betti, Paulo Autran, Beatriz Segall, Eliane Giardini, Eva Wilma, Lucélia Santos, Maitê Proença, Marco Nanini, Ary Fontoura, Vitor Martins, Antonio Abujamra, Maria Zilda, Marília Pera, Mário Prata, Mayara Magri, Sérgio Mamberti, Angela Bosco, Anna de Aguiar, Bel Kovariak, Betim Tubino, Carolyn Barcelos de Aguiar, Cristina Pereira, Délio Silva Filho, e mais cem outros artistas e intelectuais.



## “Lei de Cotas”

# Balanço Positivo

As cotas, embora recentes, desempenharam importante papel na criação de novos espaços de disputa para as mulheres nos partidos. Colocaram o tema “mulher” com maior frequência nos temas de campanha e na mídia e ampliaram a preocupação das mulheres candidatas e da mídia com as questões de gênero.

Teremos cerca de 300 prefeitas em 97, num aumento de 60%. Quanto às vereadoras, provavelmente serão cerca de 7% do conjunto de vereadores, um aumento de 100% em relação às eleições de 1992.

Podemos concluir, primeiro que o princípio das cotas se mostrou instrumento eficaz para ampliar a possibilidade de acesso das mulheres às legendas. E segundo, que só as cotas não bastam para modificar a condição das mulheres em relação aos centros decisórios. É preciso ampliar o trabalho de articulação das mulheres em relação aos centros decisórios, de articulação das mulheres políticas, nos âmbitos suprapartidários e partidários. É preciso investir na capacitação das mulheres políticas, para se quebrar o processo de exclusão das mulheres nos partidos.

### Perspectivas e necessidades para 97

O sucesso da campanha “Mulheres sem Medo do Poder” demonstrou que, como as ações suprapartidárias desta campanha, é possível fazer política de forma ética, respeitando as diferenças e a opção partidária de cada pessoa, promovendo as mulheres.

Agora, atenção: o projeto de lei 783/95, de autoria da deputada Marta Suplicy, que institui a *cota mínima de 30% para todos os cargos legislativos* está para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com parecer favorável do deputado Almino Afonso. Olho nele!

## Prêmio Madre Cristina

A deputada Marta Suplicy apresentou Projeto de Resolução instituindo o “Prêmio Madre Cristina de Direitos Humanos”, destinado a reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas e entidades que lutam pela defesa dos direitos humanos e incentivar ações da sociedade civil em defesa dos direitos humanos.

O Prêmio é uma homenagem a educadora e psicóloga Madre Cristina, fundadora do *Sedes Sapientiae*, reconhecidamente uma das pessoas que mais concretamente contribuiu no combate à ditadura e em defesa dos direitos humanos dos presos e perseguidos, ajudando-os a sair do país e a recomeçar a vida no exílio, arrumando advogados para defendê-los, levando calor humano e esperança às prisões.

#### Gabinete da deputada federal Marta Suplicy PT/SP

☐ Anexo IV Gabinete 360, Câmara dos Deputados, Cep 70160-900

☎ (061) 318.5360/318.3360. Fax: (061) 318.2360.

**Assessoria DF:** Marcos Tenório (Chefe de Gabinete),  
Eliane Fortunatti e Rivaldo Mariano de Brito.

**São Paulo:** Maria Teresa Augusti, Rosângela Maria Rigo  
e Valéria Amadio Beneton Marasco.

## Consciência não desenvolvida

Marta Suplicy

Com a manchete “Mulher caminha para dominar EUA”, um jornal paulista tratou da presença das mulheres americanas nos postos de poder político. Entretanto, ao ler a matéria, percebemos que falta muito, muito mesmo, para a mulher deter o poder: os EUA têm 11,7% de mulheres na Câmara, 51 deputadas em 435 parlamentares, mais que nós. No Senado, as americanas são 9%, quase empatando conosco. No mesmo dia, o jornal apresentou outra matéria que afirma que o Partido Trabalhista da Inglaterra prevê que nas próximas eleições, um entre quatro parlamentares do partido será uma mulher.

Essas notícias me chamaram a atenção, principalmente pelo fato de estar voltando da África do Sul, país que deu uma tremenda reviravolta com a democratização e eleição de Nelson Mandela em 1994 e onde existe hoje grande empenho para dismantlar o sistema de *apartheid*, com políticas específicas e cliques em programas de televisão, sobre igualdade racial e entre os sexos. Só em 1994 com a democratização do país e eleição de Mandela, é que o Parlamento sul-africano passou a ter uma Assembleia Nacional com 400 membros e o Senado com 90 membros, com representantes de todas as raças - até então os negros não podiam votar nem serem eleitos.

O parlamento contabiliza 103 mulheres (25,7%) e o Senado 16 (17,7%). No Brasil, temos apenas 7,2% de deputadas e 8,7% de Senadoras. Como a África do Sul conseguiu essa proeza, num país ainda mais machista que o nosso, onde as mulheres negras além do pouco acesso à educação eram levadas à submissão ao homem e sofriam, nas tribos, posição de grande inferioridade?

Fiquei curiosíssima em saber se lá havia cota mínima para as candidaturas de mulheres. Não tem. Houve uma política forte dentro do CNA-Congresso Nacional Africano, partido do presidente Mandela, para impor nomes femininos nas listas de candidatos, já que os eleitos são os primeiros nomes das listas partidárias. Os outros partidos não seguiram a mesma política e por isso as eleitas são majoritariamente da raça negra.

Quando um partido ou um presidente - como o CNA e Mandela - tem como diretriz o aumento do poder político não só de uma raça mas dos dois gêneros, percebem-se ações concretas tanto na disposição dos nomes femininos nas listas partidárias como no número de mulheres no poder. São 10 no ministério sul africano e uma mulher foi eleita como “Speaker of the National Assembly”, um dos dois principais cargos do Congresso. Nos EUA, o presidente Clinton nomeou uma mulher, Madeleine Albright como Secretária do estado e tem se esforçado para colocar mulheres em outras pastas importantes.

Enquanto isso, no Brasil não há nenhuma mulher no ministério. Quando reivindicamos a nomeação de mulheres para a mais alta Corte de Justiça, nos dizem para esperar mais um pouquinho pois a próxima vaga do Supremo já está prometida para o ministro Jobim. E isso quando temos um presidente que entende muito bem a dimensão da questão de gênero.

Os sem terra têm razão: se não houver pressão para lembrar que existem, nada acontece... Sem pressão as coisas não mudam. E para fazer pressão, é preciso organização política. Nós mulheres, somos 52% da população. Quando vamos fazer valer a nossa força?

## Contra a intolerância

O Brasil deverá posicionar-se enfaticamente contra o arbítrio e a truculência intoleráveis, representados por leis discriminatórias e que violem o princípio da territorialidade, como a aprovada pelo Governo norte-americano, conhecida como “Lei Helms-Burton” ou “Lei anti-Cuba”.

É o que propõe a deputada Marta Suplicy, juntamente com os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Fernando Lyra (PSB-PE), através de projeto de lei dispondo sobre a não aplicação de leis estrangeiras de caráter discriminatórias e que possuam efeitos extraterritoriais a todos os jurisdicionados brasileiros.

<http://www.solar.com.br/~msuplicy>

CONTRATO  
de Deputado